



# **ABANDONO DIGITAL – A RESPONSABILIZAÇÃO LEGAL DOS PAIS E OS IMPACTOS JURÍDICOS DO USO NÃO SUPERVISIONADO DAS REDES SOCIAIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**

## **Autor(res)**

Diego Fillipe Otoni De Barros Castro

Gabrieli Andrade Lopes

Nicolle Talita Gomes Silva

Maria Luiza Checcucci Silva

Bruna Kelem Ferreira

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

## **Introdução**

O mundo contemporâneo é caracterizado por intensas transformações tecnológicas que modificam profundamente as formas de comunicação, convivência e educação. As redes sociais e o ambiente virtual tornaram-se parte essencial do cotidiano, especialmente entre crianças e adolescentes, que utilizam essas plataformas para interagir, aprender e se expressar. Entretanto, o mesmo ambiente que possibilita acesso à informação e sociabilidade também expõe os menores a riscos significativos, como o contato com conteúdos inadequados, a manipulação por algoritmos, o cyberbullying e a perda de privacidade.

O termo abandono digital refere-se à omissão dos pais ou responsáveis legais no dever de orientar, supervisionar e proteger crianças e adolescentes no uso das tecnologias da informação e comunicação. Configura-se quando há ausência de controle razoável sobre o acesso e o compartilhamento de dados, exposição indevida em redes sociais ou omissão diante de situações de risco previsíveis.

Juridicamente, o abandono digital pode ser compreendido como uma forma contemporânea de negligência, violando o princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e nos arts. 4º e 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Trata-se de conduta omissiva que, embora não envolva abandono físico, expõe o menor a riscos emocionais, sociais e jurídicos decorrentes da hiperexposição online.

Diante disso, questiona-se: até que ponto a falta de supervisão parental pode ser considerada uma forma de abandono digital e quais são as suas implicações jurídicas e sociais?

## **Objetivo**

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o fenômeno do abandono digital, buscando compreender de forma ampla e sensível como a omissão dos pais diante do uso não supervisionado das redes sociais por crianças e adolescentes pode gerar consequências jurídicas, sociais e emocionais profundas. Mais do que discutir leis e responsabilidades, esta pesquisa propõe um olhar humano sobre a infância conectada, refletindo sobre o



impacto que a ausência de orientação e limites no ambiente virtual causa no desenvolvimento psicológico e moral das novas gerações. Pretende-se, assim, evidenciar que o avanço tecnológico, embora proporcione inúmeros benefícios e possibilidades de aprendizado, também impõe desafios éticos e jurídicos que exigem atenção redobrada da família, do Estado e da sociedade. O estudo busca demonstrar que o abandono digital é uma forma contemporânea de negligência, manifestada na falta de acompanhamento parental frente à exposição infantil nas redes e na naturalização da exploração da imagem de menores. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que une fundamentos do Direito, da Psicologia e da Sociologia, pretende-se destacar a importância da corresponsabilidade entre os diversos atores sociais para garantir a proteção integral prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Além disso, objetiva-se contribuir para o debate sobre a necessidade de políticas públicas e educação digital que orientem pais e responsáveis quanto ao uso ético e seguro da internet, reforçando o papel da família como núcleo essencial de cuidado e formação. Por fim, o trabalho busca sensibilizar a sociedade sobre a urgência de reconhecer o abandono digital como um problema coletivo e estrutural, que ultrapassa a esfera privada e atinge diretamente a dignidade e o futuro das crianças e adolescentes, propondo a construção de uma cultura digital mais humana, consciente e protetiva, onde a tecnologia seja instrumento de crescimento e não de vulnerabilidade.

## **Material e Métodos**

O fenômeno do abandono digital emerge como uma nova configuração da negligência parental diante da transformação das relações humanas na era tecnológica. Fundamenta-se em princípios da responsabilidade civil, do dever de cuidado e da proteção integral da criança e do adolescente, conforme a Constituição Federal de 1988 (art. 227), o Código Civil (arts. 932 e 933) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Autores como Zygmunt Bauman (2008), ao tratar da “modernidade líquida”, destacam a fluidez das relações e a fragilidade dos vínculos, o que se reflete na perda de controle e na ausência de limites no ambiente digital. Pierre Lévy (1999) entende o ciberespaço como um campo de aprendizagem e não de exploração.

Com base nesses referenciais, o abandono digital configura uma omissão parental contemporânea, na qual a ausência de acompanhamento das atividades online compromete a segurança, a saúde emocional e o desenvolvimento ético dos menores. Essa negligência, ainda que silenciosa, pode gerar danos morais, psicológicos e sociais, tornando-se passível de responsabilização civil e, em casos extremos, de medidas protetivas ou perda do poder familiar.

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e revisional, baseada em estudo bibliográfico e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações e decisões judiciais que tratam da responsabilidade parental e da proteção digital de menores, publicados entre 2010 e 2025 — período em que as discussões sobre direito digital e proteção infantojuvenil se intensificaram.

O método dedutivo guiou a análise, partindo dos princípios constitucionais para examinar a responsabilidade civil dos pais na omissão de vigilância digital, bem como a corresponsabilidade das plataformas.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados evidenciam que o abandono digital representa uma nova dimensão da negligência parental, em que o dever de vigilância não desaparece, mas assume formas mais complexas. A ausência de orientação e supervisão virtual resulta em exposição excessiva, exploração da imagem e vulnerabilidade emocional de crianças e adolescentes.

Constatou-se que a responsabilidade civil dos pais pode ser reconhecida sempre que houver dano decorrente da



omissão no acompanhamento das atividades online dos filhos. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e o ECA formam o arcabouço normativo que reforça o dever de proteção compartilhada entre família, Estado e sociedade.

Casos midiáticos, como o da artista MC Melody, revelam os efeitos devastadores da exposição digital precoce: a erotização da infância, a perda da privacidade e o abalo emocional decorrente da pressão por fama. Tais episódios demonstram que a exploração virtual infantil é consequência direta da ausência de limites e da busca por visibilidade em detrimento da proteção.

Ademais, destaca-se que os algoritmos desempenham papel ativo na perpetuação da vulnerabilidade, ao promover conteúdos que reforçam padrões estéticos e de comportamento prejudiciais. Assim, a discussão sobre abandono digital não se limita à esfera familiar, mas envolve também a responsabilidade ética das plataformas tecnológicas.

### Conclusão

O abandono digital reflete a inadequação do aparato legal e social diante da rapidez das transformações tecnológicas. A omissão na supervisão virtual configura uma violação ao dever de cuidado e à proteção integral da infância.

A intervenção do Estado, por meio do Ministério Público, reforça que a proteção da criança deve prevalecer sobre interesses econômicos ou midiáticos. A solução exige uma responsabilidade compartilhada entre pais, sociedade e plataformas digitais. Cabe aos pais exercer vigilância ativa e ética; ao Estado, garantir políticas e normas eficazes; e às plataformas, adotar medidas de moderação e transparência.

Por fim, defende-se a inclusão da educação digital como conteúdo curricular obrigatório, bem como o reconhecimento normativo do abandono digital como forma de negligência. Somente a partir dessa integração entre direito, ética e educação será possível construir uma cultura digital segura, consciente e humanizada, que proteja efetivamente a dignidade e o desenvolvimento das novas gerações.

### Referências

ADULTIZAÇÃO e suas conexões com a exploração do trabalho infantil. InPACTO, São Paulo, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://inpacto.org.br/adultizacao-e-suas-conexoes-com-a-exploracao-do-trabalho-infantil/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução de [...]. [Local]: [Editora], [ano].

BRASIL. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Marco Civil da Internet. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Direito civil: responsabilidade civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. Tradução de [...]. [Local]: [Editora], [ano].

NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

POR QUE redes sociais têm tantos casos de exposição de crianças mesmo com sistemas de detecção. G1 – Tecnologia, Rio de Janeiro, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/08/13/por-que-redes-sociais-tem-tantos-casos-de-exposicao-de-criancas-mesmo-com-sistemas-de-deteccao.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2025.

RESPONSABILIDADE civil dos pais por atos praticados pelos filhos menores. Jusbrasil, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/responsabilidade-civil-dos-pais-por-atos-praticados-pelos-filhos-menores/325854683>. Acesso em: 10 nov. 2025.

UNESCO. *Educação para a Cidadania Digital: Relatório Mundial 2023*. Paris: UNESCO, 2023.

UNICEF. *Relatório de Cidadania Digital e Direitos da Infância*. Nova York: Organização das Nações Unidas para a Infância, 2022.